

Veículo: DCI
Data: 05/06/09



Queda do juro acirrará concorrência bancária

SÃO PAULO - A proposta da comissão da Câmara dos Deputados, de aprovar uma lei que estimule a concorrência bancária, pode não surtir o efeito desejado. E a culpa pode ser do próprio governo, uma vez que, para as instituições, investir em títulos públicos é mais rentável que o mercado de crédito.

A opinião é do professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e diretor do **Instituto Assaf**, Alexandre Assaf. "Não é com uma medida de cima para baixo que se vai conseguir aumentar a concorrência entre essas instituições", afirma. Segundo ele, a medida poderia ter algum efeito, embora pequeno, sobre as tarifas de serviços.

Assaf acredita ainda que qualquer medida sobre movimentos de mercado "em princípio" não tem aplicação prática. "Alterar assuntos como concorrência e queda dos preços, em geral, é inócuo quando feito por lei. Não acredito que um projeto aumente a concorrência", diz o acadêmico.

Outro ponto levantado é o baixo volume de crédito no País. "Os bancos estão agindo pouco naquele que deveria ser seu principal foco", afirma.

Para ele, uma medida efetiva seria diminuir a atratividade dos títulos públicos e aumentar o apetite por conceder crédito nas instituições financeiras, via queda da taxa básica de juros. "Quando a Selic chegar a 8% ou 8,5% ao ano, os bancos terão um volume enorme de dinheiro disponível, que não interessará mais aplicar em títulos." Nesse cenário, acredita ele, um banco teria de mexer em prazos e taxas de suas linhas para que se tornassem mais atrativas ao tomador final que as de seu concorrente. "Seria mais lógico e racional aumentar a concorrência desse modo", argumenta.

Segundo dados do Banco Central, o saldo total de crédito no País representa 42% do Produto Interno Bruto (PIB), ante uma proporção que ultrapassa 100% nos países desenvolvidos e é superior a 50% naqueles em desenvolvimento.

A taxa básica de juros iniciou o ano em 13,75% ao ano, porém foi cortada para atuais 10,25%. A expectativa de analistas de mercado é que a Selic encerre 2009 com apenas um dígito, na casa dos 9%.

Além disso, o professor acredita que a baixa concorrência se deve à centralização das instituições. "Há poucos bancos privados grandes no País, e os públicos executam as políticas do governo. Não há como decretar a concorrência entre eles."

Uma comissão da Câmara analisa os efeitos da crise na área de Sistema Financeiro e Mercado. A proposta sobre concorrência deverá estar presente no relatório final, como uma das medidas sugeridas para minimizar os impactos da crise financeira internacional. O relatório final deverá ser apresentado no dia 16 de junho.

Para embasar essa tese, o deputado Antônio Palocci (PT-SP) apresentou um roteiro do relatório que inclui pontos como o histórico do sistema financeiro do Brasil, spread bancário, mercados de cartão, de capitais e de seguros e previdência. Palocci disse ainda, no início da semana, que não serão todas essas questões objeto de propostas da comissão, no entanto, no

caso da concentração bancária, há uma indefinição de competências do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O deputado teria dito à Agência Câmara que é preciso uma legislação clara sobre esse assunto. Segundo seu julgamento, é preciso transferir a responsabilidade da defesa da concorrência no setor financeiro ao Cade, enquanto o BC ficaria responsável pela avaliação de situações específicas, que envolvam risco sistêmico.

Corte de juros

A Nossa Caixa decidiu seguir o mesmo caminho de outras instituições financeiras e promoveu este mês a redução das taxas de juros nas linhas de crédito destinadas a pessoas físicas. Junto com essas reduções, o banco também recalculou os limites disponíveis para cada cliente, o que elevou em R\$ 7 bilhões a quantidade de recursos para operações de empréstimo a esse segmento. "Fizemos essas mudanças porque a conjuntura econômica está melhor e porque a demanda melhorou um pouco", afirmou o diretor de Crédito da instituição, Marco Túlio de Oliveira Mendonça.

O executivo explicou que, apesar da elevação dos limites, esses recursos não devem ser integralmente utilizados pelos clientes. A expectativa do banco é que de junho até o final do ano as novas concessões somem R\$ 1,7 bilhão, sendo que a maior demanda deverá ser pelo crédito consignado. Em março, o estoque de empréstimos para pessoas físicas era de R\$ 10,8 bilhões.

A atual diretoria do banco paulista tomou posse no dia 10 de março, depois de o controle da instituição ter sido transferido ao Banco do Brasil (BB).

No entanto, Mendonça nega que esse movimento de queda dos juros tenha sido feito sob orientação do BB.



Digital Assessoria
Comunicação Integrada